AS DIFICULDADES DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NA GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MARACANÃ, ESTADO DO PARÁ

Luiz Carlos Bastos Santos¹, Heribert Schmitz²

1 Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Campus de Belém, Pará, Brasil. luizcarlosbs@ufpa.br

2 Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da UFPA, Belém-PA, bolsista de produtividade do CNPq.

Recebido em: 08/04/2016 – Aprovado em: 30/05/2016 – Publicado em: 20/06/2016

DOI: 10.18677/Enciclopedia_Biosfera_2016_006

RESUMO

O modelo de gestão praticado nas Reservas Extrativistas se apresentou de forma inovadora por contemplar a participação da população tradicional. Neste trabalho, foram averiguados os problemas da participação dos usuários no processo de gestão da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Estado do Pará. Foi utilizada uma abordagem qualitativa com a realização de entrevistas semiestruturadas e a observação, além de uma breve revisão de literatura sobre a temática. A gestão daquela área de uso comum acontece por meio da cogestão entre AUREMAR, Conselho Deliberativo e ICMBio. Essas organizações contam com instrumentos que orientam no monitoramento do uso dos recursos naturais. Os usuários participam da construção dessas ferramentas de gestão através de reuniões com técnicos do ICMBio diretamente nas comunidades onde vivem. Como resultado verificou-se que a participação dos usuários ocorre de forma tímida e sua relação com o poder público ainda acontece predominantemente de forma receptadora e o principal espaço coletivo para tomadas de decisões está se apresentando apenas como palco para confirmação das imposições do Estado sobre a população tradicional usuária da Unidade de Conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão. Participação. Unidade de Conservação.

DIFFICULTIES OF USERS PARTICIPATION IN THE MANAGEMENT OF THE EXTRACTIVE MARINE RESERVE OF MARACANÃ, STATE OF PARÁ, BRAZIL

ABSTRACT

The management model practiced in the Extractive Reserves was developed in an innovative way to support the participation of the traditional population. In this article, were investigated the problems of participation of users in the management process of the Extractive Marine Reserve of Maracanã, State of Pará, Brazil. We used a qualitative approach with the realization of semi-structured interviews and observation, as well as a brief literature review on the topic. The management of this common use area occurs by means of co-management between the association of the users (Auremar), the Deliberative Council and ICMBio. These organizations rely on instruments that guide the monitoring of the use of natural resources. The users participate in the development of these management tools through meetings with ICMBio technicians directly in the communities where they live. The main result was

that the participation of the users is timidly and its relationship with the government still takes place predominantly in receptive form and the most important collective space for decision making is appears to be only as a stage for confirmation of state impositions on the traditional user population of this unit of conservation.

KEYWORDS: Management. Participation. Conservation unit.

INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas. A proposta de criação dessa modalidade de Unidade de Conservação surgiu em meados dos anos 80, do século XX, como fruto de lutas de populações tradicionais, especificamente de seringueiros do Acre, que reivindicavam pela garantia de permanência nos espaços que ocupavam e discordavam do modelo de desenvolvimento econômico predatório e concentrador de riquezas, adotado pelo Estado. A consolidação dessa ideia foi intensificada através do primeiro encontro organizacional dos seringueiros, em 1985 (CUNHA, 2001; DUARTE, 2013; SANTOS & SCHIAVETTI, 2013).

De acordo com DUARTE (2013), as populações tradicionais usuárias desses territórios são predominantemente vistas como um impasse ao desenvolvimento econômico. Historicamente, no Brasil, prevaleceu a política de exclusão dessas populações em espaços de tomadas de decisões que afetariam os ambientes onde vivem. No entanto, PEDRO (2012) afirma que, o modelo de gestão que a inclusão social é parte integrante e essencial na promoção do gerenciamento de espaços e bens comuns é uma mudança no padrão de relação entre Estado e a sociedade civil. Neste sentido, SIMÕES & SIMÕES (2015) consideram que “[...] as iniciativas de inclusão da sociedade na gestão das políticas públicas buscam atender um anseio da própria população para integrar processos de tomadas de decisões levando diretamente ao governo suas demandas”.

O modelo de gestão praticado nas Reservas Extrativistas se apresentou de forma inovadora e a relevância está no fato de essa unidade de manejo contemplar a participação das populações extrativistas na gestão dos recursos naturais (na elaboração, na administração, na fiscalização e no monitoramento) (CUNHA, 2001).

Para BATISTA (2010):

A participação da sociedade civil na gestão pública projeta-se, na atualidade, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento. Reivindicada pelas organizações sociais e preconizadas por instituições multilaterais de financiamento, a participação constitui-se em imperativo, sobre tudo no que tange as Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS). Estas demandam o envolvimento efetivo da população usuária em seus processos de implementação e gestão (BATISTA, 2010, p. 17).

SCHMITZ & MOTA (2010) fizeram uma reflexão sobre a participação dos agricultores familiares na pesquisa e extensão rural, assim como, em projetos de desenvolvimento. Neste trabalho, os autores apresentaram o conceito e tipos de participação detalhando diferentes métodos que privilegiam essa forma de atuar para que uma interação seja proveitosa. Especialmente, foi considerado que as decisões relacionadas à gestão de um espaço devem ser tomadas pelos indivíduos

ou grupos locais que matem relação com aquele meio. Nesse sentido, as prioridades podem divergir daquelas propostas por técnicos de organizações externas.

Em Maracanã, existe o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã que é o principal espaço para tomadas de decisões com relação à gestão daquela área de uso comum. De acordo com a portaria nº 93, de 5 de setembro de 2014, do ICMBIO, o referido colegiado é composto por 27 representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil. A participação dos usuários acontece de forma representativa através de nove titulares, com direito a um suplente, que poderá substituí-lo em eventuais impedimentos, além de seis lideranças que atuam como presidentes de organizações sociais locais (ICMBIO, 2014).

Dentro deste contexto de valorização da participação da sociedade civil na gestão de áreas de uso comum, neste trabalho, foram averiguados os problemas da participação dos usuários no processo de gestão da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Estado do Pará.

MATERIAL E MÉTODOS

O lócus da pesquisa

O município de Maracanã está localizado na região Nordeste do estado do Pará, e fica a uma distância de aproximadamente 170 km de Belém (capital do estado). O município possui uma população estimada em 28.376 habitantes (IBGE, 2010).

A Reserva Extrativista Marinha de Maracanã possui bioma marinho costeiro, abrange uma área de aproximadamente 30 mil hectares e foi criada por meio do decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002. A área que forma a Unidade de Conservação compreende o espelho d'água do rio Maracanã e a zona terrestre do mangue pela margem do mesmo rio. As moradias dos usuários estão localizadas na área circundante (entorno) daquela área de uso comum (BRASIL, 2002).

A área circundante da RESEX é constituída por 91 comunidades que estão organizadas em nove polos: Quarenta do Mocooca, Aricurú, Mota, Penha, Tatuteua, Sede, São Cristovam, São Roberto e Itamaraty. Para a sua composição utiliza-se como critério a proximidade entre as comunidades.

Procedimentos metodológicos

Para a realização deste trabalho foi utilizada uma abordagem qualitativa conforme metodologia descrita por GODOY (1995). Para a construção deste trabalho foram realizados levantamentos de dados primários e secundários. Os procedimentos metodológicos adotados para levantamento de dados primários foram: as entrevistas informais e semiestruturadas e a observação. Ambas aconteceram através de quatro incursões em campo nos meses de fevereiro, maio, junho e novembro de 2015.

Entrevistas informais e semiestruturadas

Durante a primeira incursão em campo foi possível realizar entrevista com as senhoras: Ângela Maria Costa Moraes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Maracanã (STTR), Rosemary Monteiro do Rosário, presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de

Maracanã (AUREMAR) e Tomazia Oliveira dos Santos que é a responsável pelo Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA) naquele município. Naquela ocasião, foram realizadas entrevistas informais, ou seja, uma conversa livre sem usar questionários elaborados previamente. A ideia foi fazer com que aquele primeiro contato acontecesse de forma descontraída ao passo em foi possível coletar informações preliminares sobre a dinâmica da participação dos usuários no processo de gestão em âmbito daquela Unidade de Conservação.

Foi utilizada também a entrevista semiestruturada como um dos procedimentos metodológicos para a coleta de dados. Esse método foi conduzido em forma de diálogo no qual o entrevistado foi provocado a se expressar sobre a sua compreensão em relação ao assunto investigado. Assim, a entrevista não se tornou um mero e cansativo interrogatório.

As entrevistas contaram com um roteiro planejado com tópicos e perguntas do tipo semiestruturada. Os dados coletados foram posteriormente analisados. Essa é uma das características da entrevista semiestruturada “[...] questões mais ou menos abertas podem ser levadas à situação de entrevista na forma de um guia da entrevista. Espera-se que as questões sejam livremente respondidas pelo entrevistado” (FLICK, 2004).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas formais com 18 usuários das comunidades Aricurú e Quarenta do Mocooca e outras seis com dirigentes de organizações dos usuários em Maracanã que atuam no Conselho Deliberativo. Além disso, foi entrevistado o gestor da RESEX. No total foram realizadas 25 entrevistas.

O foco das entrevistas foram usuários que colaboram com a gestão da Unidade de Conservação através da contribuição voluntária na fiscalização sobre o uso dos recursos naturais, além de se disporem a prestar orientações sobre as normas que regem o local. Também, aqueles que participam de reuniões que tratam de assuntos de interesse da coletividade, como é o caso daqueles que atuam como representantes dos demais no Conselho Deliberativo.

Nesse sentido, realizou-se uma amostra dirigida em duas comunidades onde o ICMBio está implantando os Comitês de apoio ao Conselho Deliberativo. Essa iniciativa visa ampliar a participação dos usuários na gestão daquela Unidade de Conservação. Os agentes dos Comitês são escolhidos na própria comunidade para fiscalizar, orientar e representar os demais usuários. Aricurú e Quarenta do Mocooca são as duas primeiras comunidades onde a proposta está em fase de implementação.

Observação

“[...] os métodos de observação são aplicáveis para a apreensão de comportamentos e acontecimentos no momento em que eles se produzem” (FERREIRA et al., 2012). Neste trabalho, a observação foi utilizada durante a realização de reuniões em que eram tratados assuntos relacionados à gestão da RESEX e que contavam com a participação dos usuários.

Buscou-se observar como ocorria a participação dos usuários nos espaços coletivos que aspiravam levantar demandas para serem apresentadas ao Conselho Deliberativo. Verificou-se também como aconteciam as participações em discussões que envolviam diferentes atores para decidirem sobre assuntos que influenciam diretamente a população usuária da Reserva Extrativista.

Foi possível acompanhar as seguintes reuniões: a) entre a presidente da AUREMAR e usuários do polo Sede, em 05 de fevereiro de 2015; b) entre usuários e

o seu representante no Conselho Deliberativo na comunidade Quarenta do Mocooca, em 15 de maio de 2015; c) entre usuários com o seu representante no Conselho Deliberativo na comunidade Aricurú, em 29 de junho de 2015, e; d) reunião do Conselho Deliberativo, em 06 de novembro de 2015.

Levantamento de dados secundários

O levantamento de dados secundários aconteceu por meio de acesso a uma literatura que possibilitou uma melhor assimilação sobre a temática em estudo e deu suporte para compreensão dos dados coletados em campo. Entre os autores consultados: CUNHA, (2001); SCHMITZ & MOTA, (2010); CONTENTE, (2013) ; SANTOS & SCHIAVETTI, (2013) e SIMÕES & SIMÕES, (2015).

Foi realizado também um levantamento documental. Por meio dessa ação foi possível acessar as atas de reuniões anteriores realizadas nas comunidades Aricurú e Quarenta do Mocooca para escolha dos representantes para atuarem no Conselho Deliberativo, e também das atas das reuniões realizadas por aquele Colegiado, desde o início das atividades no ano de 2009, o que possibilitou uma verificação da frequência e o que os usuários participantes trataram naqueles encontros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação dos usuários no processo de gestão da Unidade de Conservação

A gestão da RESEXM de Maracanã acontece por meio da cogestão que é uma administração compartilhada e envolve a AUREMAR, que é a organização de representação dos usuários, o Conselho Deliberativo e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Um servidor deste órgão é o gestor da RESEX e preside o referido Colegiado (BARBOSA, 2011).

As organizações indicadas no parágrafo acima estão à frente desse processo de gerenciamento e contam com o Contrato de Concessão Real de Direito de Uso (CCDRU) e o Plano de Utilização como instrumentos que orientam no monitoramento da exploração dos recursos naturais e espaços coletivos de uso comum daquela Unidade de Conservação.

A AUREMAR é a associação oficial de representação dos usuários, também conhecida como à associação mãe. Esta é a detentora do CCDRU que é um documento de regularização fundiário, por meio deste o Estado, no caso da RESEXM de Maracanã através do ICMBio, fez a concessão da área legitimando o direito de uso por aquela população tradicional. O referido contrato estabelece que os usuários devem colaborar com a gestão da área a fim de assegurar a conservação dos recursos naturais.

Os usuários devem se cadastrar na AUREMAR para que possam acessar os benefícios sociais disponibilizados pelo poder público, como as unidades habitacionais, localmente conhecidas como “as casas do INCRA”. De acordo com a presidente da AUREMAR, a associação possui aproximadamente três mil sócios cadastrados.

O Conselho Deliberativo é o principal espaço para tomadas de decisões daquela Unidade de Conservação. O referido Colegiado é formado por 27 representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil, entre estes seis membros pertencem a organizações de representação dos usuários:

Sindicato dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Maracanã (SIPAAM); Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA); Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (AUREMAR); Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais Z7 de Maracanã; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Maracanã (STTR) e Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Outros nove são usuários membros titulares de cada Polo, com direito a um suplente. Nesse último caso, a escolha do representante é feita por meio de reunião em cada uma das comunidades Polos, dirigida pelo ICMBio com registro em ata. O escolhido atuará no encargo de representante do Polo a que pertence pelo período de dois anos, podendo ser reconduzido uma única vez. A participação das comunidades locais nas decisões de administração bem como na execução possibilita a viabilização de uma administração dos recursos em benefício não de poucos, mas da coletividade (HARTMANN, 2001).

No Conselho Deliberativo são apreciadas as demandas dos usuários e são discutidas as sugestões de modificações de regras que vigoram no local. Todos os usuários da RESEX têm direito a voz nas reuniões daquele Colegiado. Porém, habitualmente, as propostas são apresentadas pelos representantes dos polos.

CONTENTE (2013), desenvolveu sua pesquisa na Reserva Extrativista Marinha Caeté - Taperaçu, município de Bragança no estado do Pará. Objetivou conhecer como estava se dando o processo de implementação daquela Unidade de Conservação. A autora alega existir uma falta de informação acerca do que vem a ser o modelo de cogestão das RESEX, isso implica numa fraca participação da população local nesse processo. Em maracanã, verificou-se que não é apenas a falta de informação que gera essa baixa participação dos usuários, mas existe uma baixa motivação, uma vez que, as tarefas demandadas para a gestão da área são realizadas em caráter voluntário e na maioria das vezes, estas entram em conflito com as atividades laborais que gera a renda para o sustento do usuário e de sua família. Inclusive, mesmo aqueles que são representantes enfrentam dificuldades em fazer essa conciliação e acabam registrando baixa frequência da categoria nas reuniões do Conselho Deliberativo.

De acordo com os entrevistados, por terem que desembolsar recursos próprios, eles deixam de participar de cursos, palestras ou outros eventos que possam contribuir com o seu melhor entendimento sobre as normas ambientais ou mesmo as regras em vigor no local que orientam na conservação da área coletiva de uso comum, e que consequentemente seriam compartilhadas com os demais.

Nesse sentido, os interlocutores deste trabalho indicaram como a principal justificativa das ausências em reuniões, os elevados custos financeiros com o traslado entre as comunidades até a sede do município, onde frequentemente ocorrem às reuniões de maior relevância para a população local. PINHEIRO & DARNET (2014), realizaram um estudo na comunidade Mota, que fica no entorno da RESEXM de Maracanã, no entanto, distante da sede do município. De acordo com estes autores, os moradores daquela localidade deixam de participar das reuniões que ocorrem na sede do município devido à distância e, consequentemente, ao alto valor com despesas de deslocamento. Por isso, a população daquela comunidade mantém maior interação com a cidade de Salinópolis, principalmente comercial, que é geograficamente mais próxima e acessível do que a sede da cidade de Maracanã.

Através do estudo das atas de reuniões para a escolha dos representantes dos Polos Quarenta do Mocooca e Aricurú, foi possível notar que há dificuldade em se ter candidatos dispostos a ocupar o encargo. Este dado converge com as

respostas dos entrevistados, que manifestaram sentir baixo interesse no pleito, uma vez que, a referida atividade não produz nenhum retorno financeiro direto.

Os representantes dos usuários que foram entrevistados consideram que é desafiador ocupar essa função devido à carência de mecanismos que os auxiliem na realização das atividades que lhes são designadas. Eles citaram que sentem dificuldades para socializar nas comunidades as informações conhecidas nas reuniões.

Apesar dos fatores negativos indicados nos parágrafos anteriores, que afetam a efetiva participação dos usuários nos espaços coletivos de tomadas de decisões, através desta investigação foi possível notar que o modelo proposto naquela área de uso comum prevê a inclusão dos usuários em diferentes níveis e espaços de tomadas de decisões, conforme preceitua o decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014 (BRASIL, 2014), que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Este instrumento jurídico pode ser considerado como um indicativo do reconhecimento institucional da importância da valorização da atuação dos agentes locais nas tomadas de decisões sobre assuntos que afetam as suas vidas. De acordo com o Art. 1º do referido decreto, a PNPS foi estabelecida “com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. Porém, é necessário aplicar um olhar analítico sobre essa política pública que, assim como muitas outras que são instituídas no Brasil, têm a sua execução comprometida ou nem são executadas.

De acordo com o gestor da RESEX, desde o início do ano de 2015, o ICMBio passou a implantar naquela Unidade de Conservação, os Comitês de apoio ao Conselho Deliberativo, que são grupos de usuários que vão auxiliar os representantes dos polos diretamente nas comunidades. Durante o corrente ano, apenas as comunidades Quarenta do Mocooca e Aricurú tiveram essa estrutura organizativa implantada.

Ainda de acordo com o gestor da RESEX, o representante do polo fica incumbido de reunir-se com os agentes dos Comitês de apoio ao Conselho Deliberativo para juntos atenderem os usuários de suas comunidades, ouvindo os anseios e sistematizando-os para apresentação no Colegiado máximo daquela Unidade de Conservação. Atuando nessa função auxiliar, os agentes devem também realizar a entrega de convites para reuniões ou outros eventos que aconteçam naquela área. Devem, também, fiscalizar e orientar seus pares com relação à exploração dos recursos naturais em conformidade com as normas vigentes.

Entretanto, esses usuários que atuam como agentes dos Comitês, afirmaram através das entrevistas que entre as limitações que enfrentam está o fato de não possuírem apoio financeiro para realizarem suas tarefas, como no caso da entrega de convites ou a mobilização para algum evento de interesse do coletivo, conseqüentemente, acabam usando seus próprios veículos e combustível, para executarem essas atividades. Para eles, essa prática desmotiva qualquer intenção de participação em ações de apoio à gestão da Reserva Extrativista.

Os usuários que atuam como agentes alegaram ainda que não contam com nenhuma forma de qualificação direcionada para eles como agentes multiplicadores e tampouco contam com incentivos para participarem de atividades que possam contribuir com a sua melhor compreensão do processo de gestão da RESEX.

Alternativas de ampliação da efetiva da participação dos usuários

No ano de 2015, o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã reuniu-se apenas uma vez. O gestor da RESEX justificou que houve esse baixo número de encontros devido à execução de uma agenda intensa de reuniões realizadas durante todo o ano diretamente com os usuários nas comunidades. Nesses momentos, buscava-se levantar as demandas de cada localidade para serem sistematizadas posteriormente naquele Colegiado. Nesse caso, coletavam-se dados para a elaboração do Acordo de Gestão que, conforme a Instrução Normativa nº 29, de 5 de setembro de 2012, deve contar na sua construção com “a participação efetiva do grupo social envolvido” (ICMBIO, 2012).

A elaboração do acordo de gestão pretende atualizar as regras de uso e exploração dos recursos naturais contidos no Plano de Utilização daquela Unidade de Conservação. De acordo com as entrevistas realizadas foi possível saber que, os técnicos do ICMBio vinham promovendo reuniões sistemáticas com os usuários da RESEX e discutindo as demandas apresentadas. COSTA (2013) destaca que, a participação dos interessados na elaboração de ferramentas de apoio a gestão de espaços de uso comum dão maior legitimidade e garante a viabilidade das ações, podendo evitar impasses que possam inviabilizar a execução.

CONCLUSÃO

A participação dos usuários ocorre de forma tímida e a sua relação com o poder público ainda acontece predominantemente de forma receptadora. A mudança nessa relação parece ter acontecido apenas teoricamente, pois, na prática as demandas locais são submetidas a adequações de um roteiro pré-estabelecido. Ou seja, os espaços coletivos de tomadas de decisões estão se apresentando apenas como palco para confirmação das imposições do Estado sobre a população tradicional usuária de Unidades de Conservação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. E. C. **Gestão Coletiva de Bens Comuns: Regimes de Propriedade e Conflitos na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã**. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BATISTA, I. M. S. **Participação, Organização Social e Desenvolvimento Sustentável no Contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 98, p. 6-8, 26 maio 2014. Disponível em: <
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=26/05/2014>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

BRASIL. Decreto s/nº, de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Maracanã, no Estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 242, p. 8-9, 16 dez. 2002. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=8&data=16/12/2002>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

CONTENTE, A. C. P. Bragança: Um breve olhar sobre a Reserva Extrativista Marinha Caeté - Taperaçu. **Amazôn., Rev. Antropol. (Online)**, v. 5, n. 3 Especial, p. 682–706, 2013.

COSTA, A. L. S. **Efetividade de Gestão da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu**: desafios de consolidação de uma Unidade de Conservação na região da Terra do Meio, Estado do Pará. 2013. 201 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CUNHA, L. H. O. Reservas Extrativistas: Uma Alternativa de Produção e Conservação da Biodiversidade. In: Encontro Intercultural Povos do Vale do Ribeira: Paisagem e Cultura, 1, 2001, Ilha Comprida. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2015.

DUARTE, O. Reservas Extrativistas: Instrumento de Fortalecimento das Populações Tradicionais – Um Estudo da RESEX Marinha de Canavieiras - BA. In: Seminário Nacional Espaços Costeiros, 2, 2013. Salvador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.costeiros.ufba.br/Anais%202013/Eixo1/1.06_T_Resex_mar_Instrumento_fortalecimento.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

FERREIRA, L. B.; TORRECILHA, N.; MACHADO, S. H. S. A Técnica de Observação em Estudos de Administração. In: Encontro da ANPAD, 36, 2012. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EPQ482.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20–29, maio/jun. 1995.

HARTMANN, W. D. Conflitos de Pesca em Águas Interiores da Amazônia e Tentativas para a sua Solução. Tradução André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p. 125–138. <Original: 1990>.

IBGE. **Maracanã: População 2010**. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150430&search=para|maracana>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

ICMBIO. Instrução Normativa nº 29, de 5 de setembro de 2012. Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 175, p. 69-71, 10 set. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/09/2012&jornal=1&pagina=69&totalArquivos=136>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ICMBIO. Portaria n.º 93, de 05 de setembro de 2014. Modifica o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, no estado do Pará. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n.172, p. 54, 08 set. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/09/2014&jornal=1&pagina=54&totalArquivos=116>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PEDRO, V. V. **O Movimento Social pela Criação e Defesa da RESEX RENASCER – Pará: da estratégia de ação ao plano de manejo**. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PINHEIRO, J. O. C.; DARNET, L. A. F. Comunidades Tradicionais em áreas litorâneas da Amazônia: estudo sobre desenvolvimento local em Vila Mota, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi Cienc. Hum.**, v. 9, n. 1, p. 145–162, 2014.

SANTOS, C. Z.; SCHIAVETTI, A. Reservas Extrativistas Marinhas do Brasil: Contradições de Ordem Legal, Sustentabilidade e Aspecto Ecológico. **Bol. Inst. Pesca.**, v. 39, n. 4, p. 479–494, 2013.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Métodos participativos para a interação entre agricultores familiares, extensionistas e pesquisadores. In: SCHMITZ, H. (Org.) **Agricultura Familiar: Extensão Rural e Pesquisa Participativa**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 43–65.

SIMÕES, G. L.; SIMÕES, J. M. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 7, 2015. São Luís. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.